

## **Limites e Desafios do Turismo Comunitário: o caso da comunidade rural do Vale do Matutu em Aiuruoca-MG**

**Gabriel de Mendonça Domingues<sup>1</sup>**

### **Resumo**

O trabalho tem como objetivo explicitar os limites e desafios do turismo comunitário considerando duas perspectivas principais: a necessidade prévia de haver uma base comunitária para a sustentação dos projetos e a dificuldade encontrada por técnicos e agentes turísticos locais em alcançar a legitimidade local para viabilizar as propostas comunitárias de desenvolvimento do turismo. É apresentado um estudo de caso da localidade do Vale do Matutu, no Sul de Minas, onde, há cerca de 15 anos, os rumos do turismo local vem sendo discutido no âmbito da Associação de Moradores e Amigos do Vale do Matutu – AMA Matutu. O trabalho reúne dados de pesquisas realizadas anteriormente na região, análise documental e trabalhos de campo realizados entre abril de 2010 e abril de 2011, período no qual foi aplicado o método da observação participante. Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de se promover melhor a articulação dos empreendedores locais entre si e entre os demais segmentos da comunidade, a fim de dar legitimidade às ações e buscar um melhor compartilhamento dos recursos advindos da atividade turística.

**Palavras-chave:** Turismo Comunitário. Desenvolvimento local. Vale do Matutu. Associação de Moradores. Empreendedores locais.

### **Introdução**

Diante do crescente número de trabalhos científicos na área do turismo comunitário, com destaque neste trabalho para a publicação intitulada “Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras” (BARTHOLO, R.; SAN SOLO, G. D.; BURSZTYN, I. (Orgs.), 2009), diversos pesquisadores nos acenam para a possibilidade de se promover o desenvolvimento local, bem como a valorização e o incentivo às atividades comunitárias, por meio do turismo.

Faz-se necessário, contudo, ponderarmos sobre o verdadeiro papel de técnicos e agentes locais na promoção do turismo dito comunitário, destacando principalmente a

---

<sup>1</sup> Bacharel em turismo e Mestre em ecologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora – gabrieldominguesa@gmail.com

necessidade de haver uma base comunitária prévia para o desenvolvimento do turismo e os limites que os projetos locais de desenvolvimento do turismo podem apresentar no sentido de criar as propagadas interações e sinergias capazes de alçar uma determinada localidade aos rumos do desenvolvimento comunitário. Comumente observa-se a predominância dos interesses de um grupo de empreendedores locais que, apesar do discurso, não representam necessariamente os interesses da comunidade.

Para ampliar a compreensão acerca dessa discussão trazida na primeira parte do trabalho, é apresentado um estudo de caso da localidade do Vale do Matutu, no município de Aiuruoca, na região do Sul de Minas, onde há cerca de 15 anos os rumos do turismo local vem sendo discutido no âmbito da Associação de Moradores e Amigos do Vale do Matutu – AMA Matutu. O trabalho reúne dados de pesquisas realizadas anteriormente na região, análise documental e trabalhos de campo realizados entre abril de 2010 e abril de 2011, período no qual foi aplicada o método da observação participante, tendo o pesquisador participado efetivamente das atividades desenvolvidas no âmbito da Associação de Moradores e Amigos do Vale do Matutu.

Esperamos que o estudo possa ser útil para os pesquisadores e técnicos que atuam na área do turismo comunitário no sentido de aprofundar as reflexões acerca do papel do turismo no desenvolvimento local bem como dos limites e desafios colocados pela dinâmica sociocultural, política e econômica local.

### **Contextualizando o turismo comunitário**

Quando buscamos encontrar caminhos para o desenvolvimento do turismo comunitário numa determinada localidade acabamos por constatar (por mais evidente que isso possa parecer) a necessidade de haver, a priori, um nível no mínimo razoável de organização local em torno dos interesses comuns que afetam a vida dos que ali vivem. Em outras palavras: para que possamos falar em turismo comunitário é necessário, antes de tudo, que exista a comunidade. Mas, afinal, o que vem a ser comunidade?

Entendendo comunidade como o “lugar onde seus membros podem se unir e buscar juntos realizar tudo que estiver ao seu alcance para o desenvolvimento local”, Carvalho (2002) identifica, entre as principais definições encontradas na literatura,

cinco elementos necessários para a caracterização de um grupo de pessoas como uma comunidade:

- 1- Unidade social;
- 2- Área Geográfica determinada;
- 3- Membros com algum tipo de interesse em comum;
- 4- Interatividade Social constante;
- 5- Consciência do ser comunitário;

Vemos, portanto, que além de residirem em uma mesma área geográfica, torna-se necessário que haja entre as pessoas uma dinâmica social constante, uma interatividade que seja capaz de mobilizar as pessoas em torno de um interesse comum e que seja desenvolvida a consciência do “ser comunitário” que, de acordo com o autor, não implica apenas em participar, ser ativo, mas pertencer, ser parte da comunidade.

Penso que qualquer definição mais completa de uma comunidade qualquer, não deve se restringir apenas aos seus aspectos territoriais, sendo de fundamental importância também a consideração dos diferentes aspectos psicossociais, político-econômicos e culturais presentes na mesma (CARVALHO, 2002, p.85).

O desenvolvimento comunitário acontece quando o conjunto de atores sociais e atividades socioeconômicas presentes convergem no sentido de satisfazer, além dos interesses individuais, as necessidades coletivas da comunidade. O que exige uma interação constante entre os sujeitos locais, uma compreensão abrangente do ambiente, considerando as interrelações, as interdependências e os elos formados entre cada segmento da comunidade, tornando possível a busca de soluções coletivas para os diferentes problemas que se colocam na localidade, inclusive os problemas ambientais.

Afirmar que uma comunidade segue rumo ao desenvolvimento comunitário, é afirmar que as pessoas que a constituem, as interações que promovem, a cultura que produzem, os meios econômicos que dispõem, e o meio ambiente do qual fazem parte, encontram-se em processo de desenvolvimento, o que representa um movimento de avançar rumo a uma melhoria da qualidade de vida comunitária em todos os níveis (CARVALHO, 2006, p.141).

O turismo comunitário, dessa forma, não se desenvolve de outra forma senão acompanhando os rumos do desenvolvimento comunitário. Esse é um ponto que, novamente, pode parecer demasiadamente óbvio, mas é central para refletirmos sobre o

papel do agente turístico quando se insere na realidade local a fim de promover a localidade dentro das premissas do turismo comunitário.

Partindo desses elementos necessários à existência da comunidade, percebemos que para haver unidade e interatividade social constante e, principalmente, a consciência do ser comunitário é imperativo que haja um sentimento de pertencimento dos moradores em relação ao local, que estejam reunidos ali elementos culturais e simbólicos que constituam uma identidade comunitária.

Essa identidade comunitária é reforçada não apenas pelos folguedos e manifestações culturais tradicionais, mas também pelo conhecimento acumulado localmente que permite com que aquela população desenvolva uma interação única com o ambiente, dele retirando os meios para sua subsistência e para sua reprodução social (DOMINGUES, 2007).

Pensando dessa forma, será que poderíamos chamar de comunidade uma localidade rural, situada em zona periférica de um centro urbano, na qual existe uma relação de dependência econômica com a cidade e cujos moradores, especialmente os mais jovens, almejam sair dali o mais rápido possível para buscarem melhores condições de vida junto aos centros econômicos conectados ao mercado e à cultura globalizada?

Se houvesse uma preocupação em promover o desenvolvimento comunitário nessa localidade, questões como associativismo, valorização cultural, assistência técnica voltada para o resgate de práticas tradicionais, educação comunitária, economia solidária, desenvolvimento de interações positivas, produtivas e criativas com o ambiente natural, acesso a serviços públicos, etc, deveriam ser cuidadosamente levadas em consideração pelos técnicos e agentes locais.

Refletindo sobre isso, resta-nos saber: em que momento poderíamos pensar no turismo comunitário para essa localidade? Teriam os agentes locais do turismo (dito comunitário) a capacidade (e a vontade) para fortalecer essa localidade e direcioná-la aos rumos do desenvolvimento comunitário? Ou teríamos antes que resolver essas questões de base, acima enumeradas, antes de pensarmos em um projeto de turismo comunitário para o local?

No documento intitulado “Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para formulação de política pública”, o Ministério do Turismo (2010) apostam na primeira tese:

Entendemos por desenvolvimento local no turismo a oportunidade de inserção de atores sociais e econômicos de assumirem papel ativo na organização da oferta de produtos e serviços em destinos turísticos. Nesta perspectiva, indivíduos de uma comunidade se reúnem para produzir de forma diferenciada; buscando alternativas de sobrevivência econômica na atividade turística, aliadas a outros fatores como a valorização do modo de vida, da cultura e/ou a defesa do meio ambiente. (BRASIL, MTUR, 2010, p.11)

Definindo o turismo de base comunitária, Irving (in BARTHOLO (et al), 2009) também aposta na atividade como vetor do desenvolvimento local:

O turismo de base comunitária, portanto, tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. Este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização.( p.111)

Por outro lado, no mesmo artigo, a autora reconhece como imperativo para o turismo comunitário que a iniciativa de desenvolvimento do turismo parta da própria comunidade:

Embora frequentemente atores externos funcionem como “indutores” do turismo de base comunitária, se a iniciativa não tiver motivação endógena e expressar o desejo dos grupos sociais locais, ela certamente não atenderá às demandas de desenvolvimento local e nem contribuirá para o protagonismo social, condição essencial para este tipo de turismo. (IRVING in BRASIL/MTUR, 2009, p.112)

Voltamos então novamente à questão: como alcançar essa “motivação endógena”? Como fazer com que a iniciativa parta da comunidade se, de fato, não existe ali os elementos essenciais que possam caracterizá-la como tal? Sem a consciência do ser comunitário, sem a coesão social esperada, sem a identidade local fortalecida, como os agentes locais terão força e iniciativa para se reunirem e definirem os rumos do desenvolvimento local, incluindo aí a atividade turística? O que normalmente ocorre é que a incitava parte de um grupo de empreendedores locais

ligados ao turismo quem, por si, dificilmente representarão os interesses da comunidade como um todo.

Quando os técnicos chegam numa localidade para “promover” o turismo comunitário se deparam comumente com uma série de outras questões locais (saúde, educação, saneamento, conflitos internos, êxodo rural, baixa produtividade local, etc) que precisariam ser resolvidas, ou pelo menos minimizadas, para viabilizar o projeto. Coloca-se em cheque então o verdadeiro papel desses agentes externos: para desenvolver o turismo dentro de uma proposta comunitária torna-se necessário fortalecer a comunidade, por outro lado, se esse desenvolvimento local for proposto e conduzido por esses agentes externos, obedecendo a uma dinâmica diferente daquela que é própria da comunidade, haverá resistências e o projeto não gozará da legitimidade necessária para se tornar exitoso.

E haverá, ainda, a questão do foco que, não raro, se apresenta aos planejadores do turismo quando lidam com pequenas localidades: um projeto que era focado no desenvolvimento turístico local vai incorporando tantas variáveis (relacionadas de alguma forma com o turismo) que termina por exigir um redimensionamento das ações, quando não por torná-lo inviável diante de todas as demandas que surgem.

Entendemos, contudo, que não devemos nos furtar a encarar o lugar turístico em toda sua complexidade, conforme atesta Irving (2003):

Caracterizar o lugar turístico representa, portanto, (...) integrar olhares distintos, leituras antagônicas, percepções contraditórias, ideologias incompatíveis (...). Este lugar não é um lugar apenas, mas o palco de conflitos e o cenário de transformações; os vários lugares do mesmo lugar, em resposta aos vários olhares sobre o mesmo lugar (...). O lugar turístico é o palco da pluralidade de identidades e o cenário da trama complexa das relações sociais (p. 177-178).

É buscando clarear essa discussão e compreender melhor o papel dos planejadores no desenvolvimento local que trazemos um estudo de caso sobre o desenvolvimento da gestão da atividade turística na comunidade do Vale do Matutu, no Sul de Minas.

### **Impasses do turismo comunitário no Vale do Matutu**

Situado no circuito Montanhas Mágicas da Mantiqueira (Sul de Minas) e no entorno do Parque Estadual da Serra do Papagaio, o Vale do Matutu é um bairro rural do município de Aiuruoca-MG, e está distante cerca de 17 quilômetros da sede municipal. Compõe a Microbacia do Ribeirão da Água Preta, cujos primeiros habitantes, acredita-se, tenham chegado no movimento da atividade mineradora do século XVIII e, posteriormente, da expansão da cultura cafeeira que se abateu na região em meados do século XIX. É importante lembrar que, na história mais antiga, encontramos sinais claros de que a região fora habitada por tribos indígenas, do tronco Guarani, que se instalaram nas proximidades das encostas da Serra do Papagaio (Fundação Matutu/SEBRAE, 2005).

A localidade, historicamente organizada em fazendas para a produção agropecuária (café, depois a pecuária leiteira e culturas de subsistência como milho, feijão e mandioca), passa por um processo de transformação a partir da década de 1970 e, principalmente, 1980 com a chegada de moradores de origem urbana e com a criação da APA da Mantiqueira que começa a impor um novo modelo de uso e ocupação de solo, já que as formas tradicionais de implantação de pastos e roçados, mediante o desmatamento e a utilização do fogo, se tornam ilegais e cada vez mais coibidas pelo poder público e pelos novos moradores. Estes últimos tendendo cada vez mais a valorizar as áreas de matas e a favorecer o processo de regeneração de antigas áreas devastadas pela cultura do gado (DOMINGUES, 2007).

Ao longo das últimas décadas foi se conformando então uma nova realidade socioeconômica e cultural no Vale, em que moradores de origem urbana e de origem rural vem buscando criar canais de diálogo que favoreçam a formação de uma identidade comunitária única, bem como a organização local em torno dos interesses que afetam a todos na localidade.

Até meados da década de 1990 era forte a resistência dos moradores do vale em promover o turismo. A comunidade não sentia-se preparada para lidar com o turismo. Não havia infraestrutura e não havia um planejamento do uso do solo. Essa preocupação foi exposta posteriormente no documento “Planejamento e Gestão Sócio Ambiental do Matutu” (AMA Matutu, 2003):



[...] caso não haja nenhum instrumento legal para a regulamentação do uso do solo e gestão integrada dos seus recursos ambientais, seu território será cada vez mais subdividido, intensificando a implantação aleatória de novas residências, pousadas e campings que acabarão por comprometer justamente o patrimônio ambiental e cultural que atraiu novos moradores e possibilitou a atividade turística na região.

A partir da segunda metade da década de 1990, vendo que o turismo acontecia independentemente da vontade dos moradores, foi iniciado um processo de planejamento da atividade turística no vale. Desde o começo buscando uma discussão democrática do tema.

Em 1995 foi criada a Associação de Moradores e Amigos do Matutu – AMA Matutu com o objetivo de fortalecer as relações entre os moradores do vale, buscar uma forma de representação dos interesses dos moradores junto aos diversos níveis do poder público, além de desenvolver ações de conservação da natureza e desenvolvimento local sustentável. A AMA Matutu é sediada atualmente no Casarão Matutu, uma construção em pau-a-pique de 1904, antiga sede da principal fazenda da região.

Em 1998 a recém criada AMA Matutu reuniu representantes de diversos segmentos locais para discutirem o turismo no vale. Foram formados cinco grupos heterogêneos para debaterem, entre outras questões: que turismo queremos para o vale? O que não queremos? O que queremos oferecer ao turista?

Destacamos, a partir do resultado divulgado pela AMA Matutu <sup>2</sup>, a preocupação dos moradores em preservar e proteger o patrimônio natural do lugar afirmando os seus valores, expressa no desejo de oferecer ao turista “exemplo de qualidade de vida e sustentabilidade”. O caráter participativo da atividade turística já é proposto aqui com o ideal de que o turismo seja promovido de forma integrada ao trabalho que se desenvolve no vale, e que os frutos do trabalho sejam socialmente distribuídos.

Ao longo da década passada foram sendo inaugurados no vale diversos empreendimentos ligados à alimentação e hospedagem, com destaque para o surgimento de cinco pousadas, dois restaurantes, uma agência de turismo receptivo e um espaço de terapias denominado de “SPA”. Esses empreendedores, juntamente com os guias

---

<sup>2</sup> Boletim AMA Matutu, N°02, dezembro/março de 1999.



turísticos, se tornaram os maiores interessados em incrementar a demanda turística no Vale. Tendo a AMA Matutu estabelecido as diretrizes do tipo de turismo desejado pelos moradores, alguns empreendedores buscaram, através da parceria com o SEBRAE, alternativas de promoção do turismo local dentro das premissas compartilhadas pela comunidade. Em novembro de 2009 foi aprovado junto ao SEBRAE o repasse de R\$300.000,00 para a implantação no Matutu de um projeto de economia da experiência. A proposta foi apresentada a um pequeno grupo de empreendedores e representantes de outras instituições atuantes no vale em abril de 2010.

### **A Experiência da “economia da experiência” do SEBRAE**

Os técnicos enviados de Belo Horizonte para fazerem a intermediação com a comunidade explicaram que tratava-se de um projeto pioneiro no Brasil que tornaria a localidade uma referência mundial num tipo de turismo diferenciado, baseado no “encantamento” do turista por meio do seu envolvimento nas mais diversas atividades rotineiras da comunidade, desde as atividades agropastoris, até conversas descontraídas na beira do fogão a lenha. Na prática tratava-se de transformar em serviços remunerados aquelas atividades e afazeres que faziam parte do cotidiano local.

Durante a realização do projeto, os interessados receberiam capacitação técnica para atuarem como empreendedores, tendo como objetivo expresso o aumento de pelo menos 20% do seu faturamento anual. Ressalta-se a ingenuidade na exposição dos técnicos ao se referirem ao Matutu como um lugar perfeito para a realização do projeto, onde não se observava a degradação da cultura local nem do meio ambiente.

Ao final da exposição, os técnicos apresentaram a contrapartida exigida da comunidade: 30% do total repassado pelo SEBRAE. Valor que poderia ser dividido em três vezes. Em suma, ficaria a cargo do que se convencionou chamar de ELO- Empreendedores Locais Organizados a missão de reunir até o final de 2010 o montante de R\$30.000,00. Esse mesmo valor teria que ser reunido pelos empreendedores locais durante os anos de 2011 e 2012.

As reações dos empreendedores presentes foram das mais variadas: uma empreendedora nativa se mostrou desconfiada com a proposta de aumento rápido do faturamento e disse que não trocava a sua tranquilidade e sossego por dinheiro nenhum

do mundo; a representante da Associação Broto Brasilis para o Ecodesenvolvimento argumentou que essa proposta deveria ser apresentada mais amplamente já que, direta ou indiretamente, envolveria toda a comunidade; representantes de pousadas entendiam que se fosse um investimento para aumentar o fluxo em épocas de férias e feriados não valeria a pena, pois todos os leitos já costumavam ser totalmente ocupados nessas ocasiões.

Os técnicos deram o prazo de dois meses para os empreendedores se articularem e pensarem na proposta. Eles foram enfáticos em dizer que o tempo era curto, que eles tinham um cronograma a cumprir e um compromisso já assumido com o SEBRAE para tocar esse projeto no Matutu.

Os técnicos do SEBRAE retornaram ao Matutu no dia 17 de junho 2010 para nova reunião com os empreendedores locais. Somente duas pessoas que compareceram na reunião de abril estavam presentes. Os demais, desanimados e desconfiados da proposta, abandonaram o projeto. Os técnicos explicaram novamente a proposta da Economia da Experiência para o novo grupo que se apresentava. Somente um artesão se prontificou em aderir ao projeto. O clima ficou tenso e começou um debate em torno dos impactos que o turismo poderia trazer, o receio com a melhoria da estrada e o aumento do fluxo de visitantes. Outros argumentavam que a comunidade já tinha claro o tipo de turismo que queria. Uma das empreendedoras deixou vir à tona antigos descontentamentos, afirmando que os projetos desenvolvidos na localidade vinham beneficiando apenas um pequeno grupo. Outro participante disse que era melhor deixar o projeto para o próximo ano, dando um espaço para o grupo se organizar melhor.

Os técnicos do SEBRAE manifestaram preocupação, pois o projeto havia sido assinado em novembro de 2009 e já era para estar em andamento. Eles tentaram ser pragmáticos, disseram que o SEBRAE trata de negócios, de melhorar o faturamento dos pequenos empreendimentos mas não adiantou: o grupo não se entendeu, não houve as adesões esperadas e ficou claro para os técnicos que o exaltado ELO- Empreendedores Locais Organizados existia apenas na cabeça de dois ou três empreendedores que fizeram a articulação com o SEBRAE mas foram inábeis na apresentação da proposta à comunidade. Resultado: missão abortada e desgaste de ambos os lados.

A partir de 2010, a articulação dos empreendedores locais recebeu incentivo através do projeto *Comunidades da Serra do Papagaio*, levado a cabo entre os anos de

2007 e 2011 pela Fundação Matutu, com patrocínio do Ministério do Meio Ambiente, por meio do PDA Mata Atlântica. Uma das metas colocadas pelo projeto foi *planejar e desenvolver no nível local ações integradas de gestão do ecoturismo no entorno do Parque Estadual da Serra do Papagaio*. Para dar conta dessa meta, foi formada no âmbito da AMA Matutu uma comissão de turismo que ficou responsável por organizar duas oficinas de turismo sustentável no Vale do Matutu, visando à integração e qualificação das iniciativas e serviços turísticos na comunidade.

Destaca-se que, apesar da contribuição para integração dos empreendedores locais, as oficinas acabaram não apresentando um resultado prático, tendo em vista o leque de temas que foram tratados: economia solidária, consumo responsável e produção local; atrativos locais, uc's e legislação; cultura e conhecimento local; resíduos e impactos ambientais; identidade, comunicação e hospitalidade. Questões que se relacionam com o turismo mas que dependem da integração com toda a comunidade para enfrentá-las.

### **Considerações finais**

A preocupação prévia da comunidade com o fortalecimento da identidade comunitária, com a criação de infra-estrutura e com o planejamento de uso e ocupação do solo, sinalizam para a real possibilidade de que o turismo comunitário encontre espaços para avançar no Vale do Matutu.

Entretanto, a tentativa fracassada de implantar o projeto de economia da experiência com o SEBRAE serviu para mostrar o quanto ainda é preciso progredir tanto na articulação local, no sentido de fortalecer as iniciativas locais e a identidade comunitária, quanto na articulação dos empreendedores locais entre si e com as associações comunitárias. Esse esforço torna-se fundamental para que os projetos de turismo na localidade gozem de legitimidade junto à comunidade e para que os benefícios gerados com a atividade contemplem não somente os empreendedores e outros agentes do turismo. As oficinas de turismo sustentável realizadas pela Fundação Matutu em parceria com a Associação de Moradores sinalizam para importantes avanços nesse sentido.

De resto, quando pensamos em projetos que envolvem o desenvolvimento local e que têm a comunidade como parceira fundamental, fica clara a importância de se adotar metodologias mais participativas que incluam uma discussão coletiva desde a fase de elaboração do projeto, para que não aconteça das pessoas serem surpreendidas repentinamente por uma agenda estranha à qual elas se vêem forçadas a se integrar sob pena de serem vistas como avessas ao desenvolvimento local.

### **Bibliografia**

AMA Matutu. **Planejamento e Gestão Sócio Ambiental do Matutu**. Aiuruoca: junho, 2003.

AMA Matutu. **Boletim de Publicação Quadrimestral**. Nº2, dezembro/março, 1999.

BARTHOLO, R.; SAN SOLO, G. D.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CARVALHO, Vilson Sérgio de. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Comunitário**. Rio de Janeiro: Wak, 2002.

DOMINGUES, G. M. **Gestão participativa em unidades de conservação, turismo de base local e educação ambiental no desenvolvimento comunitário do Vale do Matutu**. 108 fls. Monografia (Bacharelado em Turismo) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

FUNDAÇÃO MATUTU/SEBRAE. **Diagnóstico Sócio-Econômico e Cultural da Microbacia do Ribeirão da Água Preta**. Aiuruoca- MG, 2005.

\_\_\_\_\_. Projeto fortalecimento da gestão integrada do Parque Estadual da Serra do Papagaio e seu entorno. Edital 03/2006, Aiuruoca, 2006.

IRVING, M. A. **Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?** In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, G. D.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p.108-121.

\_\_\_\_\_. **Turismo com instrumento para desenvolvimento local: entre a potencialidade e a utopia**. In: D'AVILA, M.I; PEDRO, R. (Orgs.). **Tecendo o Desenvolvimento: saberes, ética e ecologia social**. Rio de Janeiro, 2003, p.167-184.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública**. Brasília: MTUR, 2010.